

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

**FAMILIA COMO PARCEIRA NO PROCESSO ENSINO  
APRENDIZAGEM**

**Aluna: Luciane de Fátima Barbosa Soares**

**Orientadora: Diana Cristina Abreu**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

# FAMILIA COMO PARCEIRA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

SOARES, Luciane de Fátima Barbosa

## RESUMO

Refletir sobre a família como primeiro referencial para a construção da identidade pessoal, discutir sobre sua importância na participação da vida escolar de seus filhos enquanto parceira na efetivação do processo ensino aprendizagem e o papel da gestão democrática nesse contexto, são os temas abordados nesse artigo.

*Palavras-chave: Família, escola, parceria.*

## INTRODUÇÃO

O tema “Família como parceira no processo ensino aprendizagem” vem falar da importância da participação da família no cotidiano escolar de seus filhos. Essa reflexão nos leva a compreender o contexto familiar contemporâneo e suas modificações, pois apesar das transformações, a família também tem o que transmitir e o que aprender e sempre será a primeira instituição social onde saberes, sentimentos, emoções e significados são veiculados. Embora não sejam conhecimentos sistematizados, são os resultados das aprendizagens sociais transmitidas de geração para geração.

Diante da complexidade do relacionamento família/escola, a escola por se tratar de uma instituição mais preparada, deverá tomar a iniciativa de estreitar essa relação desenvolvendo ações que venham trazer não só os pais, mas toda a comunidade para dentro de seus muros, pois pesquisas indicam que os alunos aprendem mais naquelas escolas onde os pais participam mais. Nesse aspecto, também a questão de gênero deve ser avaliada.

A gestão tem nesse contexto, um papel fundamental na concretização da democracia no interior da escola, mas essa luta deve ser de todos os que atuam na unidade escolar.

## FAMÍLIA COMO PARCEIRA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A escola, por sua vez, precisa ser competente, sedutora, com aprendizagens significativas. O aluno deve ser sujeito do ato de aprender, pois é ele a razão de ser da escola. Mas a aprendizagem não é só responsabilidade do profissional de educação, deve começar no ambiente familiar onde a criança tem suas primeiras experiências e aprende a seguir normas, regras, através do diálogo, do amor, da confiança e do respeito.

“Hoje em dia não podemos mais falar da família brasileira de um modo geral, pois existem vários tipos de formação familiar coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos. Nos dias atuais existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a extensa, a homossexual, e ainda a nuclear que seria a formação familiar do início dos tempos formada de pai e filhos, mas não seguindo os padrões antiquados de antigamente” (CARVALHO, 2009, p.01)

Para falar de família em dias atuais, é necessário, antes de julgar ou desejar encaixar as pessoas em modelos preestabelecidos, ter-se clareza dos próprios conceitos e preconceitos em relação ao tema. Pois, devemos considerar também, que a rede familiar está inserida num contexto sócio-histórico e estabelece um processo dinâmico de conflitos, dilemas e soluções, cuja missão socializadora, lhe foi imposta por esse mesmo contexto. Não existe um modelo estático de família em que tudo é resolvido calmamente e todos estão sempre felizes. Essa estabilidade constante faz parte do mito que temos de família nuclear (pai, mãe e filhos): “casaram-se e foram felizes para sempre”.

Essa diversidade familiar bateu às portas da escola quando seus filhos nelas ingressaram gerando uma maior participação de seus profissionais na vida educacional e pessoal dos alunos, o que, de certa forma, sobrecarrega os professores. Mas, sendo a escola um local da vivência da cidadania, que tem a função de preparar cidadãos, não pode se desvincular desse compromisso e fingir que esse problema também não é seu, pois estaria abrindo mão de ampliar o debate sobre os significados das relações entre escola e família.

Segundo Parolin:

“Tanto família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem as suas particularidades que a diferenciam da escola, a suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo”(PAROLIN, 2003, p.99)

Isso se deve ao fato de ser através da instituição familiar que a criança vive suas maiores sensações de alegria, felicidade, prazer e amor, o campo de ação no qual experimenta tristezas, brigas, ciúmes, medos e ódios” (SUTTER, 2007, p.02)

“A família, nessa perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante praticas exercidas por aqueles que têm o papel de transmissores – os pais – e desenvolvidas junto aos que são os receptores – os filhos”. (SZYMANSKI, 2007, P.20).

Esse conhecimento não acontece formalmente, mas resulta de uma aprendizagem diária, transmitida de geração em geração.

Nesse sentido, a família tem um papel decisivo na educação formal e informal de seus filhos. Se a família consegue oferecer um ambiente facilitador para a criança, com certeza só terá a acrescentar e ajudar no desenvolvimento dela, porém se esse ambiente familiar não oferecer uma condição satisfatória, essa criança terá seu aprendizado comprometido, pois não terá suporte emocional e nem condições psíquicas para enfrentar o aprendizado. Portanto, o seio da família deveria ser considerado como o local mais apropriado para se iniciar o desenvolvimento de hábitos de estudo, mesmo antes dela ir para a escola. Pois, se este é um valor dado pela família terá raízes mais fortes do que se desenvolvidos apenas na escola.

Hoje são inúmeros os casos onde se diz que a família está se omitindo do seu papel, a mudança de conceito de família talvez seja a justificativa dessa mudança.

Nos deparamos hoje, com a família contemporânea, entendida como aquelas em que os papéis antes rigidamente separados perdem seu valor. Existe a presença das três díades: mãe/filho, pai/filho e marido/mulher, mas não acontece como norma. Podemos denominar família pessoas que co-habitam, com laços de parentesco ou de carinho e aliança, existindo relações entre homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher, coma presença ou não de filhos, sendo eles naturais ou adotivos, e relações mãe-filhos e pai-filhos, sem esquecer até mesmo daqueles que não co-habitam.

Diante disso, muitas vezes a família não exerce seu papel ou transfere à escola suas obrigações, devido a condição em que ela se encontra. “Cabe aos profissionais da educação compreender as famílias dos (as) seus (as) alunos (as) como portadores de semelhanças e diferenças, e respeitar a constituição da família de cada aluno dando-lhes tratamento equitativo.” (Maria Vieira Silva e Lucianna Ribeiro de Lima – Revista Retratos da Escola, Brasília, v3, p.242, jan/jun 2009)

Vivemos uma época impregnada do mercantismo. O “ter” entra e permeia as famílias regendo, muitas vezes as regras do convívio. Além disso, muitos pais passam horas e horas no exercício de suas atividades profissionais e tentam compensar sua falta materialmente e com permissividade, omitindo aos filhos algo tão importante como: a orientação e o afeto na convivência familiar.

“É indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo, a família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança.” (LOPES, 2009, p.01)

A construção da parceria entre família e escola, enquanto uma relação de cooperação implica em colocar-se no lugar do outro. E, quando se fala de cooperação, o conceito de Piaget expresso pelas palavras de MENIN (1996, P.52) “COOPERAÇÃO PARA Piaget, é operar com... é estabelecer trocas equilibradas com os outros, sejam estas trocas referentes a favores, informações materiais, influencias, etc.” é o mais apropriado.

“Grande parte do trabalho do professor seria facilitado se o estudante já viesse para a escola predisposto para o estudo e se, em casa, ele tivesse quem, convencido da importância da escolaridade, o estimulasse a esforçar-se ao máximo para aprender (...) levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes quão importante é sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadão. (PARO, 1992)

A escola precisa ser competente, um espaço em que seus alunos sejam seduzidos pelo desejo de aprender. “Levar o educando a “querer aprender” é o

desafio primeiro da didática, do qual dependem todas as demais iniciativas” (Paro, 1992). Portanto, uma das mais importantes tarefas da escola.

Nesse sentido, relação escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa considerar os pais também como educadores, que tem o que transmitir e o que aprender. Segundo Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p.68).

A escola tem um importante papel no trabalho com os pais, dando-lhes condições para mudanças de “hábitos antigos de passividade para hábitos novos de participação”. (GADOTTI, 1996, p. 96). Pois, segundo Piaget:

“Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa mais que a uma informação mútua, este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades ...”(2000, p.50)

É fundamental que os educadores tenham a consciência que são eles os especialistas em educação e, que a escola não é um lugar neutro reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas e os professores não podem tampouco assumir a postura de serem neutros.

‘Quanto à falta de um necessário conhecimento e habilidade dos pais para incentivarem e influenciarem positivamente os filhos a respeito de bons hábitos de estudo e valorização do saber, o que se constata é que os professores, por si, não tem a iniciativa de um trabalho a esse respeito junto aos pais e mães. Mesmo aqueles que mais enfaticamente afirmam constatar um maior preparo dos pais para ajudarem seus filhos em casa se mostram omissos no tocante à orientação que eles poderiam oferecer, especialmente nas reuniões de pais, que é quando há um encontro que se poderia considerar propícia para isso”. (PARO, 2000, p.65)

Segundo Paro (2000) o distanciamento entre escola e família não deveria ser tão grande, pois para ele, a escola não “assimilou” quase nada de todo o progresso da psicologia da educação e da didática, utilizando métodos de ensino muito próximos e idênticos aos do senso comum predominantes nas relações familiares” (p.16). O autor se refere ao fato que a escola que os pais freqüentaram é muito

parecida com a escola dos filhos, e por isso, não deveriam se sentir distanciados do sistema educacional:

“O espaço escolar guarda muitas aproximações com o espaço familiar, fundamentalmente porque ambos estão imbuídos na tarefa de educar. Todavia, a dimensão de educação presente na escola possui singularidades, principalmente porque lida, sobretudo, com a educação formal, sistematizada mediante a veiculação de dimensões epistemológicas do conhecimento pelo currículo.” ( PARO, 2000. p. 242)

O professor reconhece a importância da família na escola, pois quando os pais não participam do processo de educação escolar de seus filhos filhas, este fato influencia no desenvolvimento cognitivo dos alunos e alunas; mas não sabe bem como encaminha-lo “Parece haver por um lado, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais, daquilo que é transmitido na escola; por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promover essa comunicação” (Paro, 2000, p.68).

A escola, portanto, também necessita dessa relação de cooperação com a família, pois os professores precisam conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervir no providenciar um desenvolvimento nas expressões de sucesso e não de fracasso diagnosticado. Precisam ainda, dessa relação de parceria para poderem também compartilhar com a família os aspectos de conduta do filho: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com professores e colegas, atitudes, valores, respeito às regras.

Embora nas camadas mais pobres as condições adequadas ao estudo sejam na maioria das vezes precária e os pais não disponham de conhecimento para orientar os filhos quanto aos conteúdos escolares, Paro (2000, p.49), escreve que: “... todos os pais podem muito bem estimular seus filhos , interessando-se por seus estudos, verificando seus cadernos, reforçando sua autoestima, enfim, levando-os a perceber a importância do aprender e a se sentir bem estudando.”

“Minha mãe era analfabeta, mas ela olhava meu caderninho. Eu nem percebia que ela não sabia nada. Até os dez anos, pra mim, ela sabia tudo, ela olhava, discutia se tava bonito, se não tava bonito. (...) Então, a ajuda dos pais é neste sentido”. (PARO, 2000, p.50)

Há uma relação interdependente entre as condições sociais da origem das famílias e a maneira que se relacionam com a escola, além do fato de que transformações visíveis pelas quais passam utilmente, tanto as escolas quanto às famílias, naquilo que diz respeito às suas estruturas e dinâmicas internas, são reveladoras de uma tendência, crescente de conexão entre os territórios: família e escola.

As mudanças pelas quais passou e vem passando as estruturas familiares, nos faz ver a questão do gênero quanto o acompanhamento escolar. Na sociedade moderna, o que encontramos são mulheres exercendo os papéis de mãe/esposa/dona de casa/profissional. A mulher adquiriu mais um papel (profissional), sem dividir com os homens a função doméstica diária. Quando a escola conta com a família pressupõe um modelo de família com uma mãe disponível e prioritariamente dedicada à educação dos filhos. Nem sempre são consideradas as relações entre essa expectativa de participação e as mudanças e variações na organização familiar que ainda faz recair a responsabilidade pela educação dos filhos somente sobre a mulher. A ligação dos filhos é mais intensa em torno da figura da mãe e, mãe e filho, formam um núcleo forte e unido, mesmo nas famílias em que há a presença do pai.

Segundo Paro, a escola falha também “porque não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos” (Paro, 2000, p.15). Muitas vezes, a inexperiência da criança, é vista por pais e professores como um impeditivo para trocas em igualdade de valor. “Para dialogar, é preciso reconhecer a contribuição do outro na troca interpessoal”. (SZYMANSKI, 2007, p.35). Dialogar com uma criança não significa abdicar da autoridade: significa instaurar um pensar crítico; mostrar sensibilidade e abertura para compreender o outro; estar disponível para criar novas soluções.

“A concepção autoritária de que um sabe e o outro não e que esse outro deve submeter-se é contrária à postura de humildade de quem admite no outro um saber” (Szymanski, 2007, p36). É essa a postura que reconhece que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE, 1996, p25).

“Trabalhamos em Educação como se a criança nascesse ao principiar sua vida escolar. Evidentemente, todos repetimos o contrário disso. Até o homem

comum, o leigo, o sabe: a Escola **continua** a tarefa familiar de educar a criança para a vida e, especialmente, para o trabalho. O que fazemos é levar em conta este dado, até às últimas consequências ." (GOMES, 1993, p.87; grifo no original)

Embora haja uma diferença entre escola e ambiente familiar (casa), ainda assim, passou-se a buscar um grande apoio entre família e escola, pois ambas tem a eficácia ação na formação educacional de crianças e jovens inseridos na sociedade.

Não podemos deixar de considerar o contexto em que essa família esta inserida. A família precisa ser vista como objeto de atenção educacional, especialmente às famílias das camadas mais pobres, cujas dificuldades na educação dos filhos remetem, freqüentemente, à sua condição de excluída social e economicamente.

"Os professores são os especialistas em Educação. Cabe a eles iniciar a construção desse relacionamento. Os pais pouco sabem sobre as características do desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e social dos filhos, mas estão ansiosos para saber". (CAETANO, 2008. p.76).

A escola democrática, libertadora, com novas praticas, traz a família para a condição de instituição formadora que pode ter uma ação no sentido de mudança social, pois não basta ser pai ou mãe para saber educar crianças e adolescente. Não se trata de desvalorizar o saber acumulado pelas famílias, mas sim de introduzir um pensamento critico, reflexivo. Essa aproximação poderá acontecer através de encontros, palestras e atividades recreativas, mas certamente momentos mais oportunos são as reuniões de pais. Estas devem ser bem conduzidas e preparadas pelo professor e não pelo coordenador ou diretor.

"Uma prática corrente com essa perspectiva exige do professor o aprofundamento em teoria do conhecimento. Exige uma visão ampla do seu grupo de alunos, das suas necessidades, das suas fases do desenvolvimento. Pensar e respeitar os interesses dos pais de seus alunos, suas ansiedades e angustias como educador. O professor precisa estar atento ao significado de sua prática, discutindo refletindo, analisando, com base em fundamentos teóricos que lhe permitam estabelecer uma relação com a vivência prática" (ALTHUON, ESSLE, STOEBER, 1996, p. 22)

As famílias necessitam vivenciar reflexões que lhes possibilitem a reconstrução da autoestima, afim de que se sintam primeiramente compreendidos e não acusados, recepcionados e não rejeitados, reconhecidos e fortalecidos enquanto parceiros nesta relação. Pois

“... se toda pessoa tem direito à educação, evidentemente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos informados e mesmo formados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos”. (PIAGET, 1972/2000 p.50)

Ou ainda como afirma Luck:

“Os pais, quando aceitos, compreendidos e estimulados, participam da vida escolar e muito podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, deve-se considerar como um direito dos mesmos influenciar a determinação do sentido do ensino que seus filhos irão receber. Essa participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola.” (LUCK, 2006, p.85 e 86).

Cada vez mais se observa a necessidade de toda sociedade comprometer-se em resgatar um mundo melhor. A educação através de seus profissionais não pode abster-se. A formulação de Políticas Públicas que considerem, que atualmente, o modelo de família, com uma mãe e tempo integral, distancia-se da realidade que vivemos hoje. As diferenças econômicas, sociais e culturais não podem se traduzir em vantagens ou desvantagens escolar, a pluralidade cultural das famílias devem ser respeitadas. A missão da escola democrática é impedir que essas desigualdades sejam um impedimento para a efetivação da aprendizagem, visando o melhor desempenho e a melhor qualidade do ensino.

Pensar nesse tipo de parceria nos leva ao desafio de construir uma escola verdadeiramente democrática, promovida pela democratização da gestão da educação, conforme definido pela Constituição Federal de 1988 (Art. 206) e assumido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9.394/96, em seu inciso VIII do Art. 3º e presente no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº. 8.069/99, no seu Artigo 72: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais publicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”.

“Entretanto, mais do que o cumprimento de uma determinação legal, a busca pelo fortalecimento dessa parceria colaborativa se apresenta, no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que escolas e famílias consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos/alunos” (LÜCK, 2006 p.12 ).

Segundo Paro (2003 p.16) “... por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários”.

A gestão democrática para se efetivar, precisa necessariamente da participação da comunidade na tomada de decisões e, obviamente, na execução. Para que isso se concretize, o gestor deve estar “convencido da relevância e da necessidade dessa participação de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades.” (PARO, 2003, p.16)

“A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.” (PARO, 2003, p.17/18).

Paro ressalta que democratização se faz na prática e só se efetiva por atos, com relações não autoritárias. “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la”. (PARO 2003, p. 25)

Dentro do contexto de uma gestão democrática, a natureza do trabalho do gestor é de liderança. Pela liderança o gestor estimula a promoção de uma cultura orientada para o compartilhamento de uma liderança marcada pelo comprometimento com os objetivos educacionais voltados para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

É importante reconhecer que todo trabalho em educação, pela sua natureza formadora, implica ação de liderança: na capacidade de influenciar positivamente pessoas, para que, em conjunto, aprendam, construam conhecimento, desenvolvam competências, realizem projetos, promovam melhorias e divirtam-se juntas de modo construtivo, desenvolvendo a inteligência social e emocional. Dessa forma, realizam-se todos como profissionais, pessoas e seres sociais, desenvolvem o seu potencial e promovem o crescimento do capital cultural da escola e dos grupos sociais de que

participam, promovendo, de modo articulado e consistente, a aprendizagem de seus alunos.( LÜCK, 2007).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A participação do gestor no acompanhamento da aprendizagem é fundamental no processo de gestão compartilhada. Esta participação não é no sentido de fiscalizador, mas sim de auxiliar o processo pedagógico, de dar sugestões, de estimular o professor. Dessa forma, o gestor se torna um parceiro do professor na busca das melhorias do processo ensino-aprendizagem. Pesquisas mostram que os professores gostam de trabalhar em escolas bem dirigidas e organizadas, constituindo a gestão um componente decisivo da eficácia escolar.

Portanto, é importante que a escola favoreça a participação de pais, alunos, professores, funcionários e comunidade afim de construir uma escola democrática, comprometida com a construção de uma educação emancipadora.

## **REFERÊNCIAS**

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOSSA, N. A.; OLIVEIRA, V. B. de. Avaliação psicopedagógica do adolescente. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAETANO. L. M, Revista Nova Escola, abril 2008, p.76).

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cadernos de pesquisas, n.110, p.143-155, 2000.

LÓPEZ, J. P. S. Educação na família e na escola. São Paulo: Loyola, 2009.  
NOGUEIRA, N. A. Relação Entre Escola e Comunidade na Perspectiva dos

PARO, V. H. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 73, n. 174, p. 255-290, 1992.

PARO, V. H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

PAROLIN, I. C. H. Família e Escola: Instituições Parceiras. Temas em Educação II.

Jornadas 2003. São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda, 2003

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Editora Forense:2000

SZYMANSKI. H, A relação família-escola, impasses e perspectivas, 2007.

LUCK, Heloisa. *Gestão Educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *A gestão participativa na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

HORA, Dinair Leal da, *Gestão democrática na escola*, 11ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.